

**RESOLUÇÃO Nº 027/2022**  
(Publicada no Diário Oficial de 25/02/2022)

**Concede os benefícios do Diferimento do ICMS às Cooperativas a seguir enumeradas.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012, e alterações e considerando o que consta dos processos SEI nºs 035.7401.2022.0001541-43, 1542-24, 1544-96, 1540-62, 1539-29, 1536-86 e 1526-12,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder à Cooperativa Agropecuária da Chapada Diamantina Responsabilidade Ltda. - COAPECHAD, CNPJ nº 13.811.153/0001-60 e IE nº 012.080.883NO; Cooperativa dos Produtores de Leite do Médio Paraguaçu - COOPERTAM, CNPJ nº 03.691.501/0001-50 e IE nº 053.451.976NO; Cooperativa dos Produtores de Leite do Vale de Itanhém - COOPVALI, CNPJ nº 04.342.493/0001-07 e IE nº 055.596.154PP; Cooperativa dos Produtores de Leite e Derivados e Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Região do Rio Gavião e Serra Geral - COODELEITE, CNPJ nº 07.898.239/0001-70 e IE nº 068.560.701NO; Cooperativa Mista Agropecuária de Uibai - COMAGRU, CNPJ nº 15.330.745/0001-96 e IE nº 100.780.095NO; Cooperativa Regional da Agricultura Familiar Agro-Ecológica do Entorno do Descobrimento Ltda. - CAFAED, CNPJ nº 06.879.804/0001-99 e IE nº 085.127.476NO; Rede Central de Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Região do Vale do Rio Gavião - REDE GAVIÃO, CNPJ nº 13.626.869/0001-98 e IE nº 018.394.140NO; Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária - CENTRAL MATA ATLÂNTICA, CNPJ nº 23.980.718/0001-97 e IE nº 129.930.097NO; Centro Agroecológico do Litoral Norte - CEALNOR, CNPJ nº 02.171.509/0001-22 e IE nº 049.774.289NO e Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia - COFASULBA, CNPJ nº 06.942.027/0001-80 e IE nº 072.873.782NO, o benefício do diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas entradas decorrentes de importação do exterior, nas operações internas e nas aquisições interestaduais, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer sua desincorporação, nos termos do inciso XXV e §§ 13, 14 e 15, do art. 286 do Regulamento do ICMS, Decreto nº 13.780/2012, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contado a partir de 1º de fevereiro de 2022.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 22 de fevereiro de 2022.

141ª Reunião Ordinária do Probahia

**NELSON SOUZA LEAL**  
Presidente